



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2011

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Ofício nº 29/2012 - CN - nº 37, de 2012, na origem)

ANO LXVII – SUP. “L” AO Nº 44 – QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		2º - João Durval - (PDT-BA)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PS/C/PV) - 26	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB ----- Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacá ⁽⁴⁶⁾ Sérgio Souza ⁽²⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽¹⁷⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(8,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,43) ----- Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁸⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁴⁾ Anibal Diniz ⁽²⁶⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(8,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,43)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁵⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,32) Lécia Viana ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) ----- Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) Flexa Ribeiro ^(6,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(218,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino ----- Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata ^(8,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 29/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) designa-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.120/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSNB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lécia Viana é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 055/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/CSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Atas
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

OFÍCIO Nº 29/2012 – CN
(Ofício nº 37/2012-CNMP, na origem)

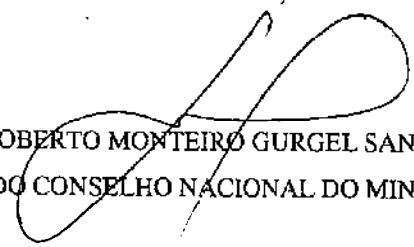
OFÍCIO Nº 37/2012-CNMP

Brasília, 30 de março de 2012.

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação expressa no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, encaminho a Vossa Excelência o relatório da Prestação de Contas do Conselho Nacional do Ministério Público, referente ao exercício de 2011.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional
BRASÍLIA/DF



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

» » » » » » » » **PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2011**
LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – ART. 56



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (Lei nº 12.381/2011) E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ..	4
2.1 Dotação e Execução Orçamentária	4
2.2 Despesa por Função / Subfunção	5
2.3 Despesa por Programa	6
2.4 Despesa por Grupo de Natureza de Despesa	9
2.5 Despesa no GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais	10
2.6 Despesa no GND 3 – Outras Despesas Correntes	11
2.7 Despesa no GND 4 – Investimentos	13
2.8 Execução dos Restos a Pagar	14
3. GESTÃO FISCAL	15
3.1 Disponibilidade de Caixa	15
3.2 Restos a Pagar Inscritos	16
4. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	17
4.1 Balanço Orçamentário	17
4.2 Balanço Financeiro	18
4.3 Balanço Patrimonial	19
4.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais	20
4.5 Composição das Disponibilidades Financeiras	21
4.6 Critérios Contábeis Adotados	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6. ANEXO (Aviso TCU nº 08/2011 – Gab. JM)	24



1. INTRODUÇÃO

Este relatório é peça documental da Prestação de Contas Anual do Conselho Nacional do Ministério Público, apresentada em cumprimento ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e no art. 101 da Lei nº 12.309/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2011).

As informações relativas à execução dos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2011 (Lei nº 12.381/2011) e dos créditos adicionais editados no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público foram obtidas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF.

Já a execução física e os comentários dos resultados alcançados pelos programas sob responsabilidade do Conselho Nacional do Ministério Público foram extraídos diretamente do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, tendo em vista a atualização da meta prevista e realizada promovida pelas unidades administrativas responsáveis pelas ações, em observância ao estabelecido no do art. 18 da Lei nº 11.653/2008 (Plano Plurianual – PPA 2008/2011).

Na elaboração do presente relatório foi observada a solicitação do Tribunal de Contas da União, feita por intermédio do Aviso nº 05/2011 – Gab. JM, de 1º/11/2011, no sentido de que fossem encaminhadas as informações relevantes sobre a execução orçamentária e das demonstrações contábeis, a fim de subsidiar o relatório das Contas do Governo da República.



2. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LEI Nº 12.381/2011) E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A LOA de 2011 consignou para o Conselho Nacional do Ministério Público dotação inicial de R\$ 97.614.736,00, alterada durante o exercício para o montante de R\$ 88.356.450,00. A despesa orçamentária teve a seguinte composição:

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2011 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Categoria Econômica Grupo de Natureza de Despesa	LOA 2011	Dotação Autorizada	Execução da Despesa	Destaque Concedido	Contingenciamento Orçamentário
Despesas Correntes	34.628.438	37.170.152	34.214.879	1.767.542	104.365
Despesas com Pessoal	18.225.287	20.530.250	18.225.287		
Despesas com Materiais e Serviços	5.000.000	5.000.000	5.000.000		
Despesas de Capital	62.986.298	51.186.298	9.785.003		33.799.472
Despesas com Investimentos	2.700.000	2.700.000	2.700.000		
Despesas com Financiamento	60.286.298	48.486.298	7.085.003		33.799.472
Total	97.614.736	88.356.450	43.999.882	1.767.542	33.903.837

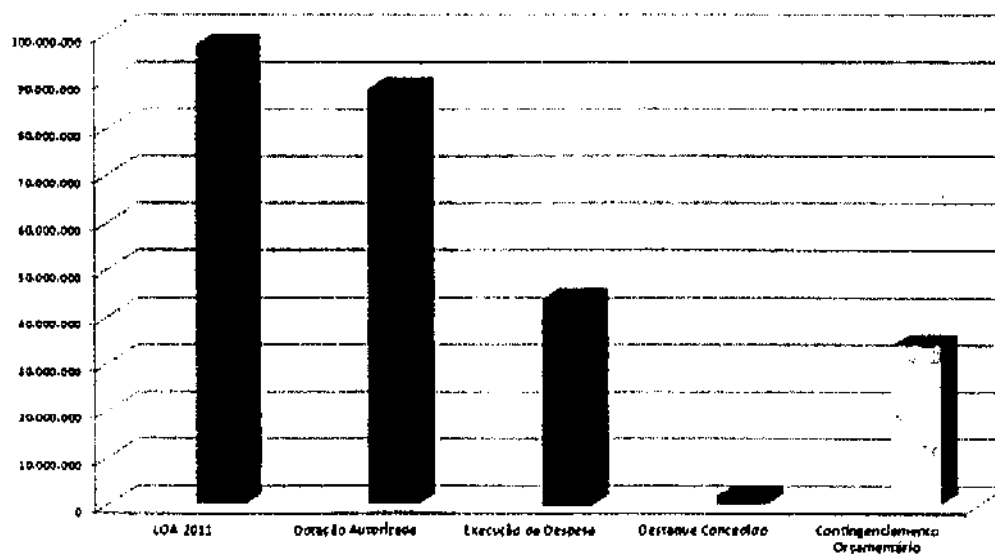
Fonte: SIAPF

A dotação autorizada (LOA 2011 mais créditos adicionais) no montante de R\$ 88.356.450,00 apresenta um decréscimo de R\$ 9.258.286,00 (9,5%) em relação ao valor fixado pela lei orçamentária.

Na coluna "Execução da Despesa" são informados os valores da liquidação da despesa e os decorrentes da inscrição de restos a pagar não processados, nos termos do inc. II do § 1º do art. 94 da LDO para 2011.

No gráfico abaixo é representada essa distribuição:

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2011





As unidades gestoras do Conselho Nacional do Ministério Público realizaram dispêndios no total de R\$ 43.999.882,00, correspondendo a 49,8% da dotação autorizada. Além disso, o CNMP realizou descentralização externa de R\$ 1.767.542,00 ao Ministério Público da União para custeio de despesas nas atividades "Assistência Médica e Odontológica", "Comunicação e Divulgação Institucional", "Capacitação de Recursos Humanos" e "Controle da Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público".

2.2 DESPESA POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

Segundo o Manual Técnico de Orçamento – MTO, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, a classificação funcional busca responder basicamente à indagação "em que" área de ação governamental a despesa foi realizada, sendo composta de funções e subfunções prefixadas que servem como agregador dos gastos públicos.

EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

Função	Subfunção	Execução 2010		Execução 2011		Total 2011/2010
		Valor	%	Valor	%	
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	24.725.511	88,9%	39.398.945	89,5%	59,35%
	122 - Administração Geral	2.250.833	8,2%	2.451.349	5,6%	7,00%
	128 - Formação de Recursos Humanos	139.355	0,5%	499.967	1,1%	258,77%
	131 - Comunicação Social			350.911	0,6%	
	306 - Alimentação e Nutrição	590.529	2,2%	1.213.523	2,8%	102,75%
	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	30.115	0,1%	42.777	0,1%	42,05%
	365 - Educação Infantil	42.300	0,2%	132.414	0,3%	213,78%
Total		27.826.643	100%	43.999.882	100%	58,12%

Fonte: SIAFI

Houve incremento de 58% na execução da despesa em relação ao ano de 2010, correspondendo, em valores absolutos, ao montante de R\$ 16.173.239,00.

EXECUÇÃO DA DESPESA NA FUNÇÃO "ESSENCIAL À JUSTIÇA" POR SUBFUNÇÕES E GRUPOS DE DESPESA - 2011

Subfunção	Pessoal e Encargos Sociais		Outras Despesas Correntes		Investimentos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	17.796.927	87,9%	11.827.015	84,6%	9.785.003	100,0%	39.398.945	89,5%
122 - Administração Geral	2.451.349	12,1%					2.451.349	5,6%
306 - Alimentação e Nutrição			1.213.523	8,7%			1.213.523	2,8%
- Demais Subfunções			936.061	6,7%			936.061	2,1%
Total	20.238.276	100%	13.976.603	100%	9.785.003	100%	43.999.882	100%

Fonte: SIAFI

Analisando a composição da função, verifica-se que a subfunção "Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário" possui 89,5% do total geral, sendo nesta alocadas 87,9% das despesas com pessoal e encargos sociais.



2.3 DESPESA POR PROGRAMA

A organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública, bem como aumentar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, ampliando a transparência na aplicação dos recursos públicos. Os programas são detalhados na LOA por ação orçamentária (atividades, projetos e operações especiais).

Em atenção à solicitação de informações feita pelo Sr. Ministro-Relator das Contas do Governo da República (Aviso nº 05/2011 – Gab. JM), são apresentados abaixo os resultados alcançados pelos programas 0581 (Defesa da Ordem Jurídica) e 0089 (Previdência de Inativos e Pensionistas da União), sob responsabilidade do Conselho Nacional do Ministério Público, destacando, para cada uma das ações deles integrantes: os montantes de recursos orçados, liquidados, pagos e inscritos em restos a pagar não processados, bem como as metas físicas previstas e realizadas, com os comentários relativos aos resultados observados.

Além disso, cabe ressaltar que as informações da dotação e execução orçamentária foram obtidas da SIAFI, enquanto a execução física e os comentários dos resultados alcançados em cada uma das ações orçamentárias foram extraídos diretamente do SIGPlan.

Por oportuno, convém esclarecer que neste tópico as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964;
- Inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964.

Programa 0581 – DEFESA DA ORDEM JURÍDICA

09AB0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA
Unidade Orçamentária	Otcação Inicial	Otcação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição do Rastreio a Pagar não Processados	Previsto Atual / Realizada
59101 - CNRP	1.478.348,00	2.461.348,00	2.132.348,74	2.132.348,74	319.000,26	Não há previsão de execução física na LOA
Comentários						
Execução dentro de normalidade. Foi inscrito em RAP não processado o valor de R\$219.600,26						

12Q70333 - Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA						META FISICA	
Unidade Orçamentária	Dotação inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsto Anual	Realizado
9101 - CNMP		5.159.421,30				7%	0%
Comentários							
Em razão da elaboração de projetos, que estão pendentes de aprovação pelos órgãos competentes, não foi possível a abertura do processo licitatório. Estima-se que a licitação seja aberta em janeiro ou fevereiro de 2012. O saldo da dotação será incorporado ao orçamento de 2011 mediante restituição de crédito especial.							



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

13NT0101 - Aquisição do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
59101 - CNMP	50.000.000,00	36.040.529,00				0	0

Comentários

O contingenciamento imposto impede a execução da ação. A situação atual é o contingenciamento parcial da dotação, haja vista fatores adversos que impediram a execução da ação, tais como: aquecimento do mercado imobiliário local, indisponibilidade de imóveis adequados ao intento da ação orçamentária e contingenciamento imposto pela frustração da realização das receitas. Isso motivou a mudança de estratégia da Administração Superior, que decidiu pela alteração da programação, a qual se concretizou em abertura de crédito especial, no valor de R\$ 5.159.471,00 para construção do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público. Permaneceram contingenciados cerca de R\$ 32 milhões de reais.

20040001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
59101 - CNMP	189.600,00	401.478,00				200	200

Comentários

O realizado físico está normal em função de Protocolo de Cooperação entre o CNMP e o MPF. Efetuada a transferência da totalidade da dotação para a PGR conforme nota de crédito nº 52 de 08/04/2011 em consonância com o referido termo de Protocolo. Necessidade de Crédito Suplementar tendo em vista o ingresso de 109 servidores no quadro do CNMP. Abertura de crédito suplementar em favor do CNMP no valor de R\$171.500,00, através do Decreto de 24/08/2011, publicado no DOU, Seção 1, página 40/41. Execução dentro da normalidade. Foi inscrito em RAP não processado o valor de R\$112,66.

20100001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
59101 - CNMP	39.150,00	132.414,00	100.160,04	100.160,04	32.253,96	13	31

Comentários

Abertura de crédito suplementar em favor do CNMP no valor de R\$42.600,00, através do Decreto de 24/08/2011, publicado no DOU, Seção 1, página 40/41. Execução dentro da normalidade. Incremento do percentual da previsão da meta física decorre do ingresso de novos servidores. Foi inscrito em RAP não processado o valor de R\$32.253,96.

20110001 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
59101 - CNMP	33.408,00	42.777,00	29.326,62	29.326,62	13.450,38	29	33

Comentários

Execução de acordo com o esperado. Incremento do percentual da previsão da meta física decorre do ingresso de novos servidores. Foi inscrito em RAP não processado o valor de R\$13.450,38.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

20120001 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META-FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Anual / Realizada
59101 - CNMP	559.320,00	1.213.523,00	1.168.874,89	1.168.874,89	44.548,11	79 / 206

Comentários

Execução do ano de 2011 dentro da normalidade. Incremento do percentual da previsão da meta física decorre do ingresso de novos servidores. Faltando em RAP não processado o valor de R\$44.548,11.

25490001 - Comunicação e Divulgação Institucional

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					META-FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Previsão Anual / Realizada
59101 - CNMP	1.091.000,00	1.091.000,00	11.522,20	11.522,20	249.388,98	428 / 341

Comentários

Uma série de fatores contribuiu para a baixa execução orçamentária, em 2011, dos recursos destinados à Ação de Comunicação e Divulgação Institucional. Duas importantes licitações previstas para este ano não foram concluídas. A primeira delas é a licitação para contratação de agência de publicidade. Trata-se de uma licitação complexa, regida por legislação específica e editada recentemente (a Lei n. 12.232, de 29 de abril de 2010). O diploma legal estabelece uma série de ritos específicos para a licitação de publicidade, cria mecanismos detalhados de apresentação e de avaliação das propostas técnicas e de preço, trata regras para formação de subcomissão técnica, etc. A primeira versão do projeto básico para contratação de agência de publicidade foi finalizado em junho de 2011. O documento, no entanto, teve de passar por várias reformulações até chegar à sua versão final, muitas das quais motivadas pela publicação de edital de contratação de agência de publicidade da Presidência da República, em 27 de junho de 2011. Houve alteração no briefing, para tornar mais simples a elaboração dos trabalhos e o julgamento das propostas técnicas. A equipe do CNMP precisou passar por treinamento específico sobre a nova lei e sobre a licitação para contratação de serviços de publicidade. Apesar da novidade da lei, da complexidade dos ritos e da falta de meios de edital consagrados, chegou-se ao fim de dezembro de 2011 com quatro das cinco sessões públicas realizadas, faltando apenas a última etapa (habilitação jurídica) para a conclusão da licitação. No entanto, como o processo não foi terminado a tempo, os recursos reservados no orçamento de 2011 da ordem de 250 mil reais não foram gastos. A segunda licitação não concluída é a de serviços gráficos, em decorrência da complexidade excessiva do edital. O termo de referência já havia sido utilizado com sucesso pelo Procurador-Geral da República (PGR). Ao reformulá-lo, a PGR aumentou a complexidade do termo. O edital de PGR foi utilizado como parâmetro pelo CNMP. Em função das modificações, as empresas interessadas não conseguiram formular orçamento e propostas de preço. A Ascom-CNMP está finalizando o novo termo de referência para contratação de gráficos. O objetivo é iniciar o serviço nos dois primeiros meses do ano de 2012. Algumas impressões essenciais foram feitas por meio de protocolo de cooperação com a Procuradoria Geral da República, mediante posterior descentralização de recursos financeiros. Projetos relevantes e para os quais havia orçamento reservado - como a Cartilha do Controle Externo da Atividade Policial (com tiragem prevista de 500 mil exemplares) e o relatório de inspeção no sistema prisional - foram aditados para 2012 pela própria Comissão de Sistema Carcerário do CNMP, responsável pelo trabalho, o que contribuiu para a baixa execução físico-financeira. Houve grande economia para a Administração em três pregões importantes. No pregão para contratar serviço de pesquisa de imagem, houve economia de 52,5%, inicialmente orçado em 560 mil reais, mediante pesquisa de mercado conduzida pelo Núcleo de Compra do CNMP, o serviço saiu 264 mil reais ao fim do pregão eletrônico. Na contratação de design gráfico, a economia foi da ordem de 84%. Orçado inicialmente em cerca de 200 mil reais, o serviço será realizado integralmente por cerca de 32 mil reais. Na contratação de empresa especializada para produção de vídeo institucional, a economia foi de cerca de 87%.

O serviço estava orçado em 74 mil reais e será realizado por 9 mil reais. O Conselho Nacional do Ministério Público está em estruturação. A equipe da Assessoria de Comunicação Social contava com apenas quatro servidores até julho de 2011, um dos quais esteve de licença médica de fevereiro a julho deste ano. Com equipe tão reduzida e demanda crescente de atividades do dia a dia, há dificuldade em dedicar o tempo necessário para viabilizar contratações com alto grau de complexidade. Com nomeação de sete novos servidores para o setor, a partir de meados de julho deste ano, a equipe ficou melhor dimensionada. No entanto, nenhum dos novatos tem experiência no serviço público e eles ainda estão em fase de aprendizagem e adaptação, tendo, inclusive, passado por treinamentos específicos. Execução da meta física. No fim do segundo semestre de 2011, concluiu-se há problema na composição da meta física estabelecida para a Ação de Comunicação e Divulgação Institucional, o que gerou a distorção apresentada no sistema, com baixa execução da meta física e baixa execução orçamentária. Na metodologia de delimitação da meta física, foi considerado como matéria veiculada a redação e publicação de releases no site do CNMP e sua posterior distribuição para mailing de jornalistas. A meta para 2011 era produzir 400 releases (média de 35 releases por mês), o que equivale a 93% da meta física de 428 matérias veiculadas. Foram produzidos e distribuídos 338 releases em 2011. No entanto, os releases são produzidos pelos servidores do quadro do CNMP e custo correspondente a este trabalho não está incluído na Ação de Comunicação e Divulgação Institucional. Já o envio dos textos para mailing de jornalistas tem custo anual de R\$ 8.114,00, gasto incluído em relação ao orçamento da ação. Outras ações de maior impacto no orçamento tem baixa representatividade na meta física. É o caso da Revista do CNMP (publicação semestral, com 200 páginas e tiragem de 4 mil exemplares mensais, distribuída para bibliotecas e agentes públicos de todo o país). Cada revista editada tem custo estimado de R\$ 80 mil e corresponde a apenas uma matéria veiculada na meta física. A pesquisa de imagem do CNMP é outro exemplo: prevista para acontecer em 2011 e marcada em restos a pagar, ela terá custo de 264 mil reais, mas corresponde a apenas uma matéria veiculada na meta física. O problema foi detectado no fim de 2011 e será corrigido, com definição mais apropriada de matéria veiculada, na proporção dos recursos destinados a cada projeto, para evitar a distorção. Inscrição em restos. Foram inscritos em restos R\$ 249.388,98, em virtude da realização dos pregões no fim de 2011, sem tempo hábil para a conclusão dos serviços licitados.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

40810001 - Capacitação de Recursos Humanos

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
59101 - CNMP	450.000,00	540.000,00	461.389,79	461.389,79	38.572,25	140	207

Comentários

Execução no ano de 2011 ficou dentro do esperado. Incremento do percentual da previsão da meta física decorre do ingresso de novos servidores.

80100001 - Controle de Atuação Administrativa e Financeira do Ministério Público

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
59101 - CNMP	33.460.927,00	41.990.927,00	24.651.370,28	24.650.154,59	14.747.874,65	3.988	3.739

Comentários

Execução física e financeira conforme planejado. Os procedimentos isolatórios de maior vulto foram finalizados no final do exercício, o que levou à inscrição em restos a pagar.

Programa 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

03860001 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						META FÍSICA	
Unidade Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Inscrição de Restos a Pagar não Processados	Prevista Atual	Realizada
59101 - CNMP	292.982,00	292.982,00					

Comentários

2.4 DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

A LDO para 2011 define, no art. 7º, § 2º, que os Grupos de Natureza de Despesa - GND constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto.

No Conselho Nacional do Ministério Público a despesa orçamentária foi consignada na LOA 2011 nos GND: 1 - Pessoal e Encargos Sociais, 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras.

As despesas executadas no biênio 2010/2011, agrupadas por categoria econômica e GND, são evidenciadas a seguir:



**EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA
E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011**

(Em R\$ 1.000)

Categoria Econômica	Execução	%	Execução	%	%
Grupo de Natureza de Despesa	2010	Total	2011	Total	2011/2010
Despesas Correntes	25.849.714	92,9%	34.214.879	77,8%	32,4%
Despesas com Pessoal	16.075.197	57,9%	20.238.276	46,0%	25,9%
Despesas com Materiais e Serviços	9.774.517	35,0%	14.076.603	31,8%	43,0%
Despesas de Capital	1.976.929	7,1%	9.785.003	22,2%	395,0%
Despesas de Capital	1.976.929	7,1%	9.785.003	22,2%	395,0%
Total	27.826.643	100%	43.999.882	100%	58,1%

Fonte: SIAFI

Analisando a despesa executada nos anos de 2010 e 2011 observa-se aumento de 32% nas Despesas Correntes e 395% nas Despesas de Capital.

No ano de 2011, verificou-se que o grupo Investimentos apresentou o maior acréscimo nominal (R\$ 7.808.074,00) em relação ao ano anterior.

2.5 DESPESA NO GND 1 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

De acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A dotação autorizada no exercício de 2011 para custear despesa com pessoal e encargos sociais foi de R\$ 20.531.258,00, correspondendo a 23,2% do total do Conselho Nacional do Ministério Público.

No demonstrativo a seguir, verifica-se que a execução da despesa com pessoal foi no total de R\$ 20.238.276,00, com acréscimo de 25,9% em relação ao ano de 2010.

**EXECUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
POR ELEMENTO DE DESPESA
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011**

(Em R\$ 1.000)

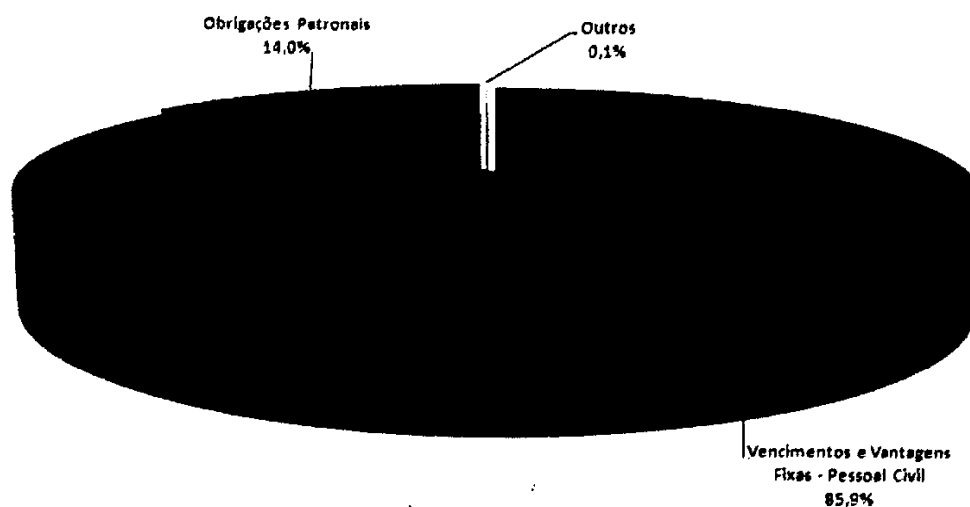
Cod.	Elemento de Despesa	Execução	%	Execução	%
		2010	Total	2011	Total
09	Salários e vencimentos	14.500	0,1%	2.276	0,0%
11	Contribuições Previdenciárias e sociais	16.075.197	57,9%	19.962.000	45,0%
12	Outras remunerações	2.249.000	8,1%	2.000.000	4,9%
13	Outras despesas com pessoal	0,000	0,0%	0,000	0,0%
32	Despesas com encargos sociais e tributos	0,000	0,0%	0,000	0,0%
	Total	16.075.197	100%	20.238.276	100%

Fonte: SIAFI



A distribuição por elemento de despesa tem como finalidade identificar os objetos de gastos. Assim, constata-se que o maior aumento nominal foi de R\$ 7.162.762,00 e ocorreu no elemento "Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil". Por outro lado, a principal redução foi de R\$ 3.237.670,00 em "Despesas de Exercícios Anteriores".

EXECUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL - 2011



2.6 DESPESA NO GND 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Em regra, essas despesas são para manutenção e custeio da máquina administrativa e para atividades finalísticas do Órgão. Também estão inclusos os benefícios (assistência médica e odontológica, auxílio-transporte, assistência pré-escolar e auxílio-alimentação) disponibilizados aos conselheiros e servidores do CNMP.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

Exercício	Dotação Autorizada (A)	Execução da Despesa (B)	(Em R\$ 1,00)
			B/A %
2010	11.915.658	3.774.517	32,05%
2011	16.633.694	13.973.408	84,00%
% 2011/2010	39,64%	42,99%	-

Fonte: SIAFI

A dotação autorizada para esse grupo de natureza de despesa cresceu 40% no exercício de 2011 e a execução da despesa acompanhou esse aumento, correspondendo a 43%.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

EXECUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR ELEMENTO DE DESPESA EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

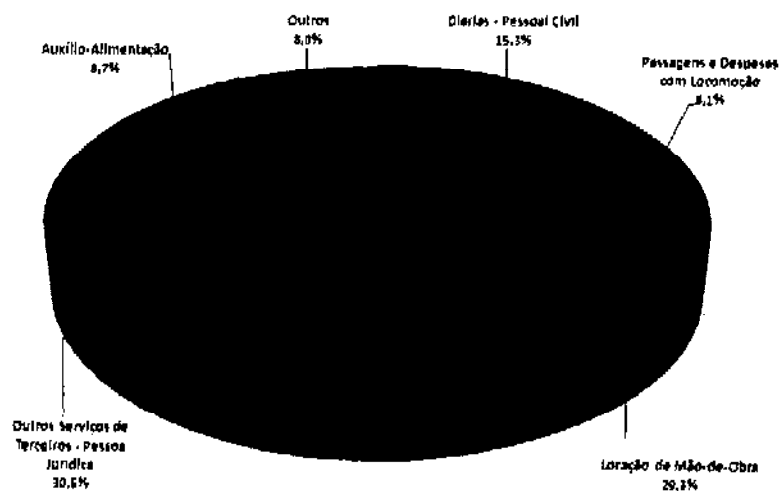
Cod.	Elemento de Despesa	(Em R\$ 100)			
		Execução 2010	% Total	Execução 2011	% Total
08	Outros Benefícios Assistenciais	42.200	0,4%	132.414	0,9%
14	Diárias - Pessoal Civil	1.551.108	15,9%	2.131.929	15,3%
30	Material de Consumo	322.531	3,3%	322.145	2,3%
33	Passagens e Despesas com Locomoção	946.000	9,7%	1.136.722	8,1%
35	Serviços de Consultoria	270.992	2,8%	172.828	1,2%
36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	188.004	1,9%	310.207	2,2%
37	Locação de Mão-de-Obra	1.738.768	17,8%	4.101.017	29,3%
39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.982.690	40,7%	4.269.510	30,5%
46	Auxílio-Alimentação	598.529	6,1%	1.212.536	8,7%
47	Obrigações Tributárias e Contributivas	54.741	0,6%	37.249	0,3%
49	Auxílio-Transporte	30.115	0,3%	42.777	0,3%
92	Despesas de Exercícios Anteriores	15.899	0,2%	82.636	0,6%
93	Indenizações e Restituições	32.941	0,3%	22.633	0,2%
Total		9.774.517	100%	13.976.603	100%

Fonte: SIAFI

Como maiores incrementos de gastos em 2011, em valores nominais, podem ser citados os elementos de despesas "14 – Diárias - Pessoal Civil", "37 – Locação de Mão-de-Obra" e "46 – Auxílio-Alimentação", cujo montante de aumento foi superior a três milhões e quinhentos mil reais, correspondendo a 84,7% do acréscimo total (R\$ 4.202.086,00) desse grupo de natureza de despesa.

A discriminação dos dispêndios no GND 3 – Outras Despesas Correntes por elemento de despesa no exercício de 2011 encontra-se evidenciada no gráfico abaixo:

EXECUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES - 2011





2.7 DESPESA NO GND 4 – INVESTIMENTOS

São apropriadas como investimentos as despesas relacionadas com o planejamento e a execução de obras, inclusive as decorrentes de aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

Exercício	Dotação Autorizada (A)	Execução da Despesa (B)	B/A %
2010	1.976.929	1.976.929	100%
2011	6.418.759	9.785.003	150%
% 2011/2010	327,95%	394,96%	-

Fonte: SIAFI

A dotação autorizada para investimentos teve um aumento de 328% de 2010 para 2011. Igualmente, a execução da despesa no ano de 2011 teve acréscimo de 395% em relação ao ano anterior.

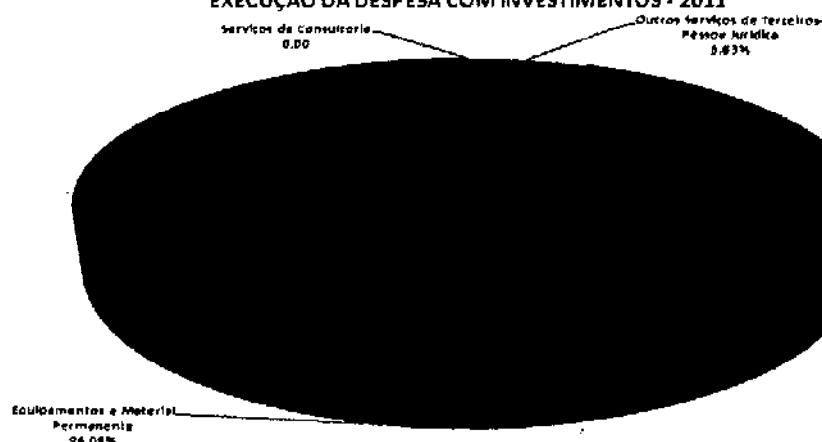
EXECUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS POR ELEMENTO DE DESPESA EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

Cod.	Elemento de Despesa	Execução 2010	% Total	Execução 2011	% Total
51	Salários e Benefícios	9.000	0,45%	9.000	0,09%
52	Outras despesas com pessoal	1.967.929	99,55%	9.776.003	99,91%
53	Outras despesas	0	0%	0	0%
54	Equipamentos e Material Permanente	1.976.929	100%	9.785.003	100%
	Total	1.976.929	100%	9.785.003	100%

Fonte: SIAFI

Os dispêndios com investimentos em 2011 atingiram um montante de R\$ 9.785.003,00, o que significa aumento de R\$ 7.808.074,00 em relação ao exercício de 2010.

EXECUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS - 2011





2.8 EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar correspondem aos compromissos assumidos (aquisição de materiais/serviços/obras) pela administração pública, ou seja, despesas empenhadas, mas não pagas, até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (2º estágio da despesa – liquidação já ocorreu) das não processadas.

Outrossim, o art. 42 da LRF veda a inscrição de restos a pagar (processados e não processados) sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa assegurada para esse fim. No manual SIAFI (código 02.03.17 – Restos a Pagar) é estabelecida a proibição de inscrever as despesas relacionadas a diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos. Em consonância com as restrições acima, foram realizadas as conferências e ajustes necessários dos valores passíveis de inscrição.

Os valores inscritos em restos a pagar no final do exercício de 2010 são demonstrados abaixo:

RESTOS A PAGAR POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA INSCRIÇÃO ATÉ 2010

(Em R\$ 100)

Grupo de Natureza de Despesa	Processados		Não-Processados		Total	
	Inscritos	%	Inscritos	%	Inscritos	%
Despesas Correntes			5.238.571	87,2%	5.238.571	87,2%
Despesas com Pessoal			2.145.432	41,1%	2.145.432	41,1%
Despesas com Materiais e Serviços			3.093.139	59,2%	3.093.139	59,2%
Despesas de Capital			769.980	12,8%	769.980	12,8%
Investimentos			769.980	12,8%	769.980	12,8%
Total			6.008.551	100%	6.008.551	100%

Fonte: SIAFI

A tabela a seguir evidencia as inscrições dos restos a pagar segundo o ano no qual a despesa foi empenha e a respectiva execução no exercício de 2011:

RESTOS A PAGAR POR ANO DO EMPENHO EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 100)

Ano de Inscrição	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não-Processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010					5.238.571	18.541	1.990.236	3.999.774
Total					6.008.551	18.541	1.990.236	3.999.774

Fonte: SIAFI

Verifica-se que 33,1% dos restos a pagar não processados inscritos foram pagos e 0,3% cancelados. Restaram 66,6% a pagar, os quais foram prorrogados observando o disposto no art. 68 do Decreto nº 93.872/1986.



3. GESTÃO FISCAL

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e determina que os entes federativos e o Ministério Público deverão elaborar e publicar o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, com o propósito de assegurar a transparência dos gastos públicos, verificar a consecução das metas fiscais e a observância dos limites fixados pela lei.

O art. 54 da LRF determina que ao final de cada quadrimestre sejam publicados os demonstrativos que compõem o RGF. As regras de elaboração são definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que é o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, sendo atualizadas anualmente e disponibilizadas na forma de manual.

No âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público são publicados os demonstrativos do montante das disponibilidades de caixa, em trinta e um de dezembro, e da inscrição em restos a pagar das despesas liquidadas e das não liquidadas.

Em relação à despesa com pessoal, cabe informar que os dispêndios com os conselheiros e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público são incluídos no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do MPU até a fixação do percentual próprio, por lei, para o CNMP, conforme disposto na Portaria PGR nº 192/2010.

3.1 DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Este demonstrativo visa verificar a existência de recursos financeiros suficientes para atender a inscrição em restos a pagar, fazendo parte do RGF somente no último quadrimestre.

Na determinação da disponibilidade de caixa são considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício seguinte, conforme dispõe a LRF, art. 42, parágrafo único.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO V (LRF, art. 53, Inciso III, alínea "a")

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			
Restos a Pagar (RP)	26.716	4.001	22.715
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	26.716	4.001	22.715
TOTAL (III) = (I + II)	26.716	4.001	22.715

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

No demonstrativo acima está evidenciado que o CNMP teve disponibilidade financeira suficiente para a inscrição dos restos a pagar não processados, apresentando saldo total de R\$ 22,7 milhões no final do exercício de 2011.

3.2 RESTOS A PAGAR INSCRITOS

O demonstrativo abaixo evidencia as despesas empenhadas que não foram pagas no exercício, sendo, consequentemente, inscritas em restos a pagar. Também são apresentados os restos a pagar não processados de exercícios anteriores que foram prorrogados. Esse demonstrativo integra o RGF somente no último quadrimestre.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De		De			
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)						
Restos a pagar não processados			4.000	15.445	22.715	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		1	4.000	15.445	22.715	
TOTAL (III) = (I + II)		1	4.000	15.445	22.715	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

Os restos a pagar não processados são despesas empenhadas por conta do orçamento do ano corrente e que ainda não passaram pela etapa de liquidação, tendo validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º do art. 68 do Decreto nº 93.872/1986. Assim, verifica-se que do total das despesas executadas utilizando a dotação autorizada para 2011, apuradas no Balanço Financeiro do CNMP, 35,1% correspondem a inscrição de RP não processados, conforme abaixo demonstrado:

ÍNDICE DE INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				(Em R\$ Milhões)
Inscrição em RP não-processados	X 100	=	15.445	
Despesa Executada			44.000	35,10%



4. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Os resultados gerais do exercício são demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, em conformidade com o art. 101 da Lei 4.320/1964.

4.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O demonstrativo abaixo evidencia a receita prevista e a realizada, a despesa fixada e a respectiva execução e o resultado orçamentário do período (superávit ou déficit).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 1,00)

RECEITA			DESPESA		
TÍTULOS	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO
RECEITAS CORRENTES		45.429	CREDITOS TRICIAIS SUPLENTAR	86.588.908	43.999.882
RECEITAS DE CAPITAL			CREDITOS ESPECIAIS	86.588.908	43.999.882
Subtotal		45.429	Subtotal	86.588.908	43.999.882
Déficit Total		43.954.453	Superávit Total		
Total		43.999.882	Total	86.588.908	43.999.882

Fonte: SIAFI

Analisando os valores que compõem este balanço, verifica-se que ocorreu uma economia na execução da despesa na importância de R\$ 42.589.026,00, correspondendo ao total dos saldos das contas 29211.00.00 – Crédito Disponível (R\$ 8.685.189,00), 29212.01.02 – Crédito Bloqueado para Controle Interno (R\$ 32.866.012,00) e 29212.05.00 – Crédito Pre-empenhado Líquido (R\$ 1.037.825,00).



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

4.2 BALANÇO FINANCEIRO

Tem por finalidade demonstrar as receitas arrecadadas e as despesas orçamentárias realizadas durante o exercício financeiro, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, indicando-se, também, os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles que serão transferidos para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2011

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
INGRESSOS ORÇAMENTÁRIOS		DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS	
Receitas Orçamentárias	99.118.582	Despesas Orçamentárias	99.123.145
Receitas Correntes	45.428	Despesas Correntes	43.999.882
Receitas de Capital	45.428	Despesas de Capital	34.214.879
Deduções da Receita			9.785.003
Transferências Recebidas	99.073.154	Transferências Concedidas	55.123.263
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	
Valores em Circulação	35.237.563	Valores em Circulação	35.233.000
Valores Pendentes a Curto Prazo	7.262.298	Valores Pendentes a Curto Prazo	26.791.726
Obrigações em Circulação	8.358.990	Obrigações em Circulação	2.356.781
Ajustes de Direitos e Obrigações	19.540.332	Obrigações em Circulação	6.008.550
	75.943	Ajustes de Direitos e Obrigações	75.943
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO		DISPONIBILIDADE P/ O PERÍODO	
TOTAL INGRESSOS	134.356.145	TOTAL DISPÊNDIOS	134.356.145

Fonte: SIAFI

As transferências recebidas correspondem à quase totalidade dos ingressos orçamentários, atingindo 99,95%.

Os ingressos extra-orçamentários somam R\$ 35.237.563,00. Esse agrupamento tem 20,6% de valores em circulação, 23,7% de valores pendentes a curto prazo e 55,5% de obrigações em circulação.

As despesas correntes correspondem a 34,5% dos dispêndios orçamentários, enquanto as transferências concedidas respondem por 55,6%.

Com relação aos dispêndios extra-orçamentários, verifica-se que os valores em circulação representam 76% desse grupo.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

4.3 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial visa demonstrar a situação estática dos bens, direitos e obrigações, indicando a situação econômico-financeira do ente público em determinado momento.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 1,00)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO FINANCEIRO	27.864.134	PASSIVO FINANCEIRO	27.854.277
Créditos em Circulação	26.791.726	Obrigações em Circulação	19.521.792
Valores Pendentes a Curto Prazo	1.072.408	Valores Pendentes a Curto Prazo	8.332.485
ATIVO NÃO-FINANCEIRO	24.444.694	PASSIVO NÃO-FINANCEIRO	-19.520.605
Realizável a Curto Prazo	34.416	Obrigações em Circulação	-19.520.605
Permanente	24.410.278		
ATIVO REAL	52.308.828	PASSIVO REAL	8.333.672
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.975.156
		Patrimônio / Capital	0
		Ajuste de Exercícios Anteriores	-17
		Superávits ou Déficits Acumulados	43.975.173
ATIVO COMPENSADO	1.230.522	PASSIVO COMPENSADO	1.230.522
TOTAL ATIVO	53.539.350	TOTAL PASSIVO	53.539.350

Fonte: SIAFI

De acordo com o § 2º do art. 43 da Lei 4.320/1964, a diferença positiva resultante do encontro das contas de registro patrimonial do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro é entendida como superávit financeiro. Assim, verifica-se um superávit financeiro na ordem de R\$ 9.857,00.



4.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Tem como objetivo mostrar todas as alterações (variações positivas e negativas) ocorridas no patrimônio da entidade, verificadas no exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, de acordo com o art. 104 da Lei 4.320/1964.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2011

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
ORÇAMENTÁRIAS		ORÇAMENTÁRIAS	
Receitas Orçamentárias	115.380.623	Despesas Orçamentárias	99.079.974
Correntes	45.428	Correntes	43.999.882
Capital		Capital	34.214.879
Deduções da Receita			9.785.003
Interferências Ativas	99.073.154	Interferências Passivas	55.077.834
Mutações Ativas	16.262.041	Mutações Passivas	2.258
Incorporação de Ativos	817.152	Desincorporações de Ativos	2.258
Desincorporação de Passivos	15.444.889		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Interferências Ativas	44.384.621	Interferências Passivas	23.963.366
Acréscimos Patrimoniais	17.719.925	Decréscimos Patrimoniais	17.765.354
Incorporação de Ativos	26.664.696	Desincorporações de Ativos	6.198.012
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	23.041.934	Ajustes de Bens, Valores e Créditos	457.751
Desincorporação de Passivos	3.622.762	Incorporação de Passivos	127.263
			5.612.998
		RESULTADO PATRIMONIAL	36.721.904
		SUPERÁVIT	36.721.904
TOTAL VARIAÇÕES ATIVAS	159.765.244	TOTAL VARIAÇÕES PASSIVAS	159.765.244

Fonte: SIAFI

As Variações Ativas totalizaram R\$ 159.765.244,00, sendo formadas de Variações Ativas Orçamentárias de R\$ 115.380.623,00 (72%) e Variações Ativas Extra-Orçamentárias de R\$ 44.384.621,00 (28%).

As Variações Passivas (não incluído o resultado patrimonial) apresentam um montante de R\$ 123.043.340,00, dos quais R\$ 99.079.974,00 (80,5%) como Orçamentárias e R\$ 23.963.366,00 (19,5%) de Extra-Orçamentárias.

O Resultado Patrimonial apurado foi de R\$ 36.721.904,00, composto de R\$ 16.300.649,00 do Resultado Orçamentário mais R\$ 20.421.255,00 do Resultado Extra-Orçamentário.

Convém destacar que no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público não ocorreu alienação de ativos de que trata o inciso VI do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



COMISSÃO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

4.5 COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EXERCÍCIO DE 2011

(Em R\$ 1,00)

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	VALOR
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	
OUTRAS CONTAS BANCÁRIAS	
TOTAL	

COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	VALOR
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-26.791.726
CRÉDITOS A RECEBER	-26.791.726
Recursos Especiais a Receber	-26.791.726
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	-26.715.783
Recursos a Receber para Pagamento de RP	-75.943
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-1.072.408
RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	-1.072.408
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.521.792
OBRIGAÇÕES A PAGAR	19.521.792
Fornecedores	1.186
Do Exercício	1.186
Restos a Pagar	19.444.663
Não Processados a Liquidar	19.444.663
Recursos a Liberar para Pagamento de RP	75.943
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.332.486
RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	8.332.486
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	9.857
DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	7.269.934
Limite de Restos a Pagar - Concedido	-75.943
Limite de Restos a Pagar - Recebido	75.943
DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-7.260.077
Disponibilidade de Cota Diferida Recebida	-7.260.077
Disponibilidade Subrepasso Diferido Recebido	-1.072.408
Disponibilidade Subrepasso Diferido Concedido	1.072.408

Fonte: SIAFI



4.6 CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

Os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, referentes ao exercício financeiro de que trata esta prestação de contas, foram realizados com observância aos princípios e normas de Contabilidade Pública e aos procedimentos contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A conformidade contábil das unidades gestoras do CNMP foi efetuada respeitando as disposições do Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis e da Norma de Encerramento do Exercício, ambos disponibilizados no Manual SIAFI Web, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade, não sendo identificada impropriedade que ocasionasse o registro de restrição na conformidade contábil do órgão superior Conselho Nacional do Ministério Público no final do exercício de 2011.

Por conseguinte, verifica-se que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320/1964) expressam adequadamente, em seus aspectos relevantes, as situações orçamentária, financeira e patrimonial do CNMP em 31 de dezembro de 2011.

Cabe informar que a contabilidade do Conselho Nacional do Ministério Público é da competência da Auditoria Interna do Ministério Público da União, nos termos da Portaria PGR nº 251, de 26/05/2010.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório de prestação de contas evidencia as informações solicitadas no Aviso nº 05/2011 – Gab JM, do Tribunal de Contas da União, bem como demonstra a gestão dos recursos públicos disponibilizados ao Conselho Nacional do Ministério Público, os quais foram aplicados observando as normas constitucionais, legais, regulamentares e de execução orçamentária e financeira do orçamento público federal.

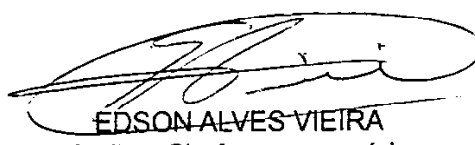
Brasília-DF, 20 de março de 2012.



ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO
Coordenador de Controle e Análise Contábil



MARA SANDRA DE OLIVEIRA
Secretária de Orientação e Avaliação



EDSON ALVES VIEIRA
Auditor-Chefe, em exercício



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

6 – ANEXO

TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Ministro José Múcio

*De ordem, a Secretaria
geral, com URGÊNCIA*

[Assinatura]

Alcides Vilhena de Almeida
Chefe de Gabinete da Presidência
PREMUNIP

URGENTE

Aviso nº 05/2011 – Gab. JM

Brasília, 1º de novembro de 2011.

À Secretaria de Administração
Brasília, 08-11-2011

[Assinatura]
Cristina Soares da Oliveira e Almeida Nobre
Secretaria-Geral Adjunta do CNMP

Senhor Presidente.

Em face do que estabelece o Inciso I do art. 71 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União aprecia e emite parecer prévio conclusivo acerca das Contas prestadas pelo Presidente da República. Na condição de Relator das Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2011, solicito a Vossa Excelência, com base nos arts. 221, § 1º, e 224 do Regimento Interno desta Corte de Contas, o encaminhamento das seguintes informações, entre outras que julgar relevantes, para fins de subsidiar o referido relatório:

- os resultados alcançados pelos programas sob responsabilidade do órgão, destacando, para cada uma das ações integrantes dos mesmos: os montantes de recursos orçados, liquidados, pagos e inscritos em restos a pagar não processados, bem como as metas físicas previstas e realizadas, comentando os resultados observados;
- análise da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, no âmbito desse órgão, com destaque para os principais aspectos da composição dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, bem como para a Demonstração das Variações Patrimoniais, destacando a arrecadação de receitas prevista e realizada, assim como a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos (inciso VI do art. 50 da LRF), e para a Composição das Disponibilidades Financeiras; e
- notas explicativas que indiquem os principais critérios contábeis adotados no exercício e explicações para eventuais variações patrimoniais relevantes, em complementação às demonstrações contábeis, com destaque para a análise consubstanciada das restrições apuradas nas conformidades contábeis de Órgão Superior junto ao Sistema Siasf, e que departamento ou setor a contabilidade do órgão está subordinado, além de outras informações que sejam julgadas pertinentes e necessários para a análise das Contas do Governo do exercício de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público
Brasília-DF

CNP/DF 2276... 120 11



TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Ministro José Múcio

Na oportunidade, com a certeza de sua atenção, aproveito para renovar a V. Excelência os meus mais sinceros e antecipados agradecimentos.

Respeitosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Múcio Monteiro', is written over the printed name.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Ministro-Relator



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361**, fax:3303-1053
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 30 páginas
(OS: 11271/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

